

FREITAS, Augusto de

*const. 1891; dep. fed. BA 1891-1896, 1900-1908, 1910-1911 e 1915-1917.

José Augusto de Freitas nasceu em Salvador no dia 17 de novembro de 1857, filho de José Antônio de Freitas e de Maria Benvida de Almeida Costa. Seu pai, formado pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia e escreveu a *Memória histórica da Faculdade de Medicina* relativa ao ano de 1863. Seu irmão Luís Antônio de Freitas foi intendente de Santo Amaro da Purificação (BA) de 1920 a 1921. Sua irmã Amélia de Freitas casou-se com José Joaquim Seabra, conhecido com J. J. Seabra, constituinte de 1891, deputado federal em várias legislaturas a partir de então, ministro do Interior e Justiça (1902-1906), ministro da Viação (1910-1912), duas vezes governador da Bahia (1912-1915 e 1920-1924), senador (1917-1920) e constituinte de 1934. Seu primo materno Frederico Augusto Rodrigues da Costa foi conselheiro municipal da Vila de São Francisco do Conde, intendente desse município e senador estadual (1912-1930).

Fez o curso de humanidades e os preparatórios em Salvador, e em seguida matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, recebendo o grau de bacharel em ciências sociais e jurídicas em 1879. Em 1882, três anos após a formatura, retornou à Faculdade de Direito do Recife para participar de concurso para o preenchimento da vaga de professor substituto, aberta com a promoção do professor Pinto Pessoa a catedrático. Também concorreram Tobias Barreto, Machado Portela Filho, Gomes Parente e Lomelino Drumond. Foram classificados, em primeiro lugar, Tobias Barreto e, em segundo Augusto de Freitas, ambos por unanimidade da banca examinadora.

De volta à Bahia, foi nomeado promotor público da comarca de Cachoeira e em seguida foi transferido para a comarca de Salvador. Em 20 de fevereiro de 1890 foi designado chefe de polícia pelo governador Manuel Vitorino, mas permaneceu no cargo pouco mais de um mês, até 29 de março. Em 24 de julho participou, ao lado de Almeida Couto e de Virgílio Damásio, da fundação ao Partido Nacional (PN), que surgiu como reação à lista de

candidatos organizada pelo governo às eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte. Realizadas as eleições, logrou conquistar uma cadeira de deputado pela Bahia. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e teve uma participação ativa nos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país.

Sua primeira intervenção se deu quando os deputados constituintes travavam intenso debate sobre a questão da distribuição das rendas entre a União e os estados, e o deputado Otacílio, representante de Alagoas, apresentou um requerimento para que o debate fosse suspenso e até que o Tesouro Nacional enviasse ao Congresso os mapas da arrecadação, para que, com eles, os constituintes pudessem ter uma ideia mais exata da situação financeira do país. Contra esse requerimento insurgiram-se os deputados da bancada do Rio Grande do Sul, liderada pelo senador Ramiro Barcelos, que viu no pedido uma manobra para a protelação da discussão. Augusto de Freitas foi à tribuna e, utilizando-se de vários sofismas, enfatizou a “singular contradição que deve servir de exemplo e de lição a nós, representantes dos diferentes estados, e que, simplesmente, vem atestar que, ao passo que a revolução de 15 de novembro foi uma grande conquista nos campos da democracia, aqueles que hoje neste recinto se reúnem, em nome dos direitos do povo, aqueles a quem cabe organizar a República Federativa, recuam tímidos diante da liberdade, deixando transparecer o pensamento de centralização que lhes domina o espírito, e por tal forma que, ao invés de virmos neste momento libertar o país, vimos escravizá-lo, ao invés de virmos plantar a república democrática, vimos fundar a monarquia descentralizada. Voto pelo sistema do projeto de Constituição, não porque seja este o verdadeiro sistema federativo, mas porque, quando o próprio governo não nos pode dar informações exatas sobre as finanças da União e dos estados, não é lícito sujeitar-se aos preceitos absolutos e imperiosos da ciência política a organização financeira do país”.

Em várias questões relativas ao projeto da nova Constituição, manifestou-se em total desacordo com o restante da bancada baiana. Assim fez, por exemplo, quando da discussão sobre a questão da liberdade religiosa. O projeto enviado pelo governo provisório para servir de base aos constituintes estabelecia não só a separação entre Igreja e Estado, mas

também uma série de restrições à Igreja Católica, entre as quais a proibição da eleição e do direito ao voto a sacerdotes e religiosos, e a precedência do casamento civil sobre o religioso. Contra isso se insurgiu a bancada baiana, que foi responsável pela retirada de todos esses pontos do texto constitucional. Entretanto, Augusto de Freitas manifestou-se mais uma vez em discurso na tribuna, salientado de forma tão veemente o mal que a não precedência do casamento civil poderia causar à sociedade, que os constituintes voltaram atrás e incluíram o artigo no texto da Constituição.

Foi ainda nesse mesmo discurso que atacou frontalmente a emenda apresentada por Anfilóbio de Carvalho para a organização do Poder Judiciário, segundo a qual aquele poder seria regulado por lei do Congresso Nacional e por leis dos estados, na parte que a estes competisse, tendo como órgãos de ação um Supremo Tribunal, com sede na capital da República e jurisdição em todo o território nacional, e tribunais de apelação distribuídos pelos estados e o Distrito Federal, na proporção de um tribunal para cada uma das unidades da Federação. Augusto de Freitas classificou a proposta de absurda e questionou: “Que União soberana é essa que não pode escolher os juízes para o seu mais alto tribunal; que não pode mesmo fixar os métodos de escolha, nem tampouco catalogar as condições para o alto cargo?” Frente a essa argumentação, grande parte da bancada baiana retirou sua assinatura.

Augusto de Freitas assinou a emenda do deputado José Higino, que dava à União todo o direito substantivo. Colocou-se, porém, contra a emenda de Nilo Peçanha, que incompatibilizava para o cargo de governadores efetivos dos estados aqueles que houvessem sido nomeados para essa função pelo governo provisório, que estivessem no cargo no momento do pleito, ou houvessem exercido o governo local até quatro meses antes. Em contrapartida, apresentou uma emenda em que propunha que os primeiros governadores dos estados fossem escolhidos pelos membros das respectivas bancadas na Assembleia Constituinte, e não pelos eleitores de cada lugar. Em outra emenda, propôs que os atos do presidente da República nomeando magistrados federais fossem submetidos ao Supremo Tribunal Federal. Apoiou a emenda do senador Virgílio Damásio, que propunha a

concessão de uma pensão vitalícia a dom Pedro II, e defendeu a proposta de que os atos do governo provisório só pudessem ser alterados ou revogados pelo Congresso em legislatura ordinária.

Promulgada a nova Constituição a 24 de fevereiro de 1891 e realizada a eleição indireta do marechal Deodoro da Fonseca para a presidência da República no dia 25, Augusto de Freitas passou a aguardar o início da legislatura ordinária, previsto para junho seguinte. Nesse intervalo, em 15 de abril de 1891, foi fundada a Faculdade Livre de Direito da Bahia, cuja primeira Congregação de professores integrou como catedrático de direito criminal, ao lado de outros nomes ilustres da Bahia como Anfilóbio de Carvalho, Afonso de Castro Rebelo, Inácio Tosta e Leovigildo Filgueiras.

Enfrentando dificuldades no parlamento, no dia 3 de novembro de 1891 o marechal Deodoro da Fonseca deu um golpe de Estado e dissolveu o Congresso Nacional. Entretanto, pressionado pelas forças políticas, e principalmente pelos militares, renunciou a 23 do mesmo mês, entregando o governo ao vice-presidente marechal Floriano Peixoto. Com o retorno ao pleno funcionamento do Congresso Nacional, Augusto de Freitas destacou-se como pertinaz opositor do novo governo, denunciando da tribuna as arbitrariedades cometidas. Talvez por isso, e por suas ligações com os almirantes Saldanha da Gama e Custódio de Melo, o coronel Moreira César tenha ordenado, com a autorização do presidente, o fuzilamento de seu irmão, o major-médico Alfredo Paula de Freitas, na fortaleza de Santa Cruz, na ilha de Anhantomirim, em Santa Catarina, ao final da Revolta da Armada, em abril 1894.

Enquanto exercia o mandato parlamentar, tornou-se em 1892 redator da Revista da Faculdade Livre de Direito da Bahia, atividade que exerceria até 1896. Ainda em 1892, quando o Partido Nacional foi transformado, a 25 de abril, em Partido Nacional Democrata, permaneceu nessa agremiação, integrando sua primeira comissão executiva. Em 1893, quando se deu a cisão do Partido Republicano Federalista em duas facções, a do Partido Republicano Federal, liderada pelo conselheiro Luís Viana, e a do Partido Republicano Constitucional, sob a liderança de José Gonçalves, optou por incorporar-se ao grupo

“vianista”.

Concluído seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados em dezembro de 1893, foi reeleito para a legislatura 1894-1896, ao final da qual não conseguiu se reeleger. Só retornou à Câmara dos Deputados na legislatura 1900-1902, e foi reeleito para os períodos 1903-1905 e 1906-1908. Em 1906, foi indicado por Severino Vieira, que então exercia o mandato de senador pela Bahia, para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, no governo do presidente Afonso Pena (1906-1909). Entretanto, a indicação de seu nome foi preterida em favor da de Miguel Calmon Du Pin e Almeida – então com 26 anos –, feita pelo governador José Marcelino (1904-1908). Diante dessa decisão, pronunciou um discurso na tribuna da Câmara, em 21 maio, renunciando à liderança da bancada baiana e atacando a equipe de governo montada pelo presidente, a que chamou de “um verdadeiro jardim da infância”. Em resposta, discursou o deputado baiano Leovigildo Filgueiras, correligionário de José Marcelino, que afirmou ser preferível “transformar este país num jardim da infância do que convertê-lo em um mostruário de velharias.” A partir daí, Augusto de Freitas colocou-se na oposição tanto em nível federal quanto estadual. Sua posição lhe custou, quando das eleições para a legislatura 1909-1911, a não renovação do mandato.

Com a repentina morte de Leovigildo Filgueiras em 30 de janeiro de 1910, Augusto de Freitas retornou à Câmara dos Deputados, eleito no dia 29 de maio e reconhecido a 18 de novembro, para preencher a vaga surgida. Ainda no mesmo ano, quando do rompimento entre Luís Viana e Severino Vieira, acompanhou o primeiro, deixando o Partido Republicano Federal para integrar as fileiras do Partido Republicano da Bahia. Nas eleições para a legislatura 1912-1914, não obteve a renovação do mandato, em virtude da ascensão do grupo político liderado por seu cunhado J. J. Seabra, a quem fazia cerrada oposição. Nas eleições para a legislatura 1915-1917, realizadas a 30 de janeiro de 1915, foi um dos oito deputados eleitos pela união das forças de oposição lideradas por Severino Vieira, Luís Viana e José Marcelino, e capitaneadas pelo senador Pinheiro Machado. Integrou então as comissões responsáveis pela elaboração dos projetos de reforma eleitoral e a da instrução

pública.

Em paralelo à suas atividades políticas, Augusto de Freitas exerceu a advocacia e organizou as seguradoras Sul América e Anglo Sul América, das quais foi presidente.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 7 de janeiro de 1918.

Casou-se com Francisca Costa, com quem teve um casal de filhos. Sua filha Isolina Freitas casou-se com Álvaro da Silva Lima Pereira, filho de Manuel Vitorino Pereira, que foi governador da Bahia (1889-1890), senador estadual (1891-1893), senador federal (1894), vice-presidente (1894-1898) e presidente interino da República (1896-1897). Seu sobrinho José Joaquim Seabra Filho foi deputado federal pela Bahia (1918-1923).

Publicou *Dissertações e teses* (1880) e *Discursos proferidos nas sessões de 6 e 29 de janeiro de 1891* (1891).

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Bahia ilustrada* (n. 2, ano II, 1918). Dr. J. A. de Freitas; BEVILAQUA, C. *História*; BLAKE, A. *Diccionario*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário Oficial do Estado da Bahia*; GIDI, A. *Anotações* (p. 38); MELLO, A. *Cartilha*; OLIVEIRA, W. *José* (p. 25-31); PRAZERES, O. *Bahia*; SAMPAIO, C. *Partidos*; SANTOS, E. J. J. *Seabra*.